



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE DA VEREADORA AÇUCENA

Ao Exmo. Sr. Karlo Aurélio Vieira do Couto,

Presidente da Câmara Municipal de Cariacica – ES.

A Vereadora Açucena que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, com previsão no art. 14, IV, da Lei Orgânica do Município (Lei Orgânica nº 01/1990) e art. 106, I, da Resolução nº 378/91 (Regimento Interno da Câmara de Cariacica), vem, respeitosamente, apresentar e submeter à deliberação do Plenário desta Casa de Leis, o Projeto de Lei que segue:

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº ____/2026

“DISPÕE SOBRE O DIA MUNICIPAL MARIELLE FRANCO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE CARIACICA.”

A Câmara Municipal de Cariacica, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

APROVA:

Art. 1º. Fica incluído no calendário oficial de eventos do Município de Cariacica o “Dia Municipal Marielle Franco”, de enfrentamento da Violência Política de Gênero, a ser realizado, anualmente, no dia 14 de março.

Av. Expedito Garcia, nº 412, gabinete nº 203, Campo Grande, Cariacica.
Telefone: (27) 99611-0934. E-mail: ver.acucena@camaracariacica.es.gov.br



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100330031003500300030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vicente Santório Fantini, 13 de março de 2026.

ILONA AÇUCENA CHAVES GONÇALVES

Vereadora – Partido dos Trabalhadores

Av. Expedito Garcia, nº 412, gabinete nº 203, Campo Grande, Cariacica.
Telefone: (27) 99611-0934. E-mail: ver.acucena@camaracariacica.es.gov.br



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100330031003500300030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

A proposta que ora submetemos à apreciação desta Casa de Leis trata da instituição do “Dia Municipal Marielle Franco”, de enfrentamento à Violência Política de Gênero, a ser realizado, anualmente, em 14 de março. O objetivo primordial da medida é a conscientização da sociedade acerca das violências sofridas pelas mulheres no ambiente político.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (disponíveis em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/perfil-do-eleitorado-mensal?session=115134794454201>) atualizados até a data do protocolo desta proposta indicam que, no Brasil, 53% do eleitorado registrado na Justiça Eleitoral é formado por mulheres. Porém, como sempre costumo destacar e a realidade da Câmara Municipal de Cariacica demonstra, há uma enorme sub-representação na política. Outro exemplo, no legislato federal em razão das eleições de 2022, apenas 17,7% dos representantes eleitos da Câmara dos Deputados são mulheres (<https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2representantes-trans/>), situação que se repete em modo semelhante no Senado Federal, em que foram eleitas apenas 4 mulheres entre as 27 cadeiras em disputa (<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/03/24-homens-e-3-mulheres-sao-eleitos-para-osenado>).

Artigo recente de autoria da pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz Vera Lúcia Marques Silva publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva traz uma dimensão da violência política de gênero na América Latina. Afirma a autora que:

A despeito de casos explícitos de Violência Política de Gênero nos últimos anos, como o da deputada federal Talíria Petroni, das vereadoras de Niterói, Verônica Lima e Benny Briolly, da Deputada Federal Erika Hilton, e do caso mais emblemático, o homicídio da vereadora Marielle Franco, em 2018, no Rio de Janeiro, o Brasil avança a passos lentos nesta agenda.

Prossegue a pesquisadora com um levantamento de dados internacionais e nacionais que mostram a gravidade dessa situação e a necessidade de as Casas Legislativas tratarem da violência não só a partir do debate mas principalmente por meio de legislações específicas cuidando de mecanismos para coibir a prática. Vejamos.

Av. Expedito Garcia, nº 412, gabinete nº 203, Campo Grande, Cariacica.
Telefone: (27) 99611-0934. E-mail: ver.acucena@camaracariacica.es.gov.br



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100330031003500300030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ao entrevistar 55 parlamentares de 39 países obteve os seguintes percentuais: cerca de 82% das entrevistadas revelaram já ter sofrido algum tipo de violência psicológica; 44% relataram ter recebido ameaças de morte, estupro, espancamento e até de sequestro; 26% foram vítimas de agressões físicas no espaço parlamentar; e 21,2% sofreram assédio sexual. No Brasil, o Instituto Marielle Franco publicou em 2021 a pesquisa 'Violência política de gênero e raça no Brasil 2021', que mapeou diferentes práticas. Neste trabalho, foram entrevistadas 142 parlamentares negras de diferentes regiões do Brasil. Os resultados são alarmantes: 98,5% afirmaram já terem sofrido mais de um tipo de violência política: violência virtual (78%), moral ou psicológica (62%) e institucional (53%) foram as mais mencionadas. Outro importante estudo foi produzido pelo Instituto Alziras. A partir de entrevistas com 45% das 649 prefeitas eleitas em 2016, aponta que entre as principais dificuldades enfrentadas por serem mulheres na política, 53% indicaram o assédio e a violência política. No que se refere à violência política de gênero contra lideranças LGBTI+, a empresa social Gênero e Número desenvolveu pesquisa que focou o processo eleitoral de 2018 e as redes sociais. Foram aplicados 400 questionários durante o período de 17 a 20 de janeiro de 2019 em três capitais brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. 36% das respondentes afirmaram ter sofrido perseguição, ameaça ou agressões nas redes sociais decorrentes de sua orientação sexual ou identidade de gênero durante o período eleitoral e pós-eleitoral.

Recentemente, foi protocolado Projeto de Lei pelo Executivo Federal tratando da instituição de um dia nacional acerca da violência política de gênero e raça. Afirma a mensagem encaminhada ao Congresso Nacional:

No Brasil, um caso de violência política contra uma mulher negra marcou. A brutal execução de Marielle Franco, vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, democraticamente eleita com 46.502 votos, em 14 de março de 2018, consiste em violência política. O assassinato de Marielle Franco colocou no centro da luta política o debate sobre a visibilidade, representatividade e segurança de mulheres nos espaços de poder. Na Câmara Municipal, Marielle presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e integrou uma comissão composta por quatro pessoas, cujo objetivo era monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro, sendo escolhida como sua relatora em 28 de fevereiro de 2018. Era crítica da intervenção federal, assim como criticava e denunciava constantemente abusos policiais e violações aos direitos humanos. O assassinato dela motivou reações nacionais e internacionais, como a organização de diversos protestos em todo o território brasileiro e oposição de parte dos eurodeputados à negociação econômica entre União Europeia e Mercosul. Em julho de 2018, a ALERJ aprovou a Lei 8054/2018 que consolidou 14 de março ao Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como o "Dia Marielle Franco – Dia de Luta contra o genocídio da Mulher Negra". Em novembro de 2018, a Anistia Internacional incluiu o nome de Franco em sua campanha para aqueles que escreveram pelos direitos humanos e perderam suas vidas.

Em março de 2019, Marielle foi postumamente agraciada pelo Congresso Nacional do Brasil com o Diploma Bertha Lutz, concedido a mulheres

Av. Expedito Garcia, nº 412, gabinete nº 203, Campo Grande, Cariacica.
Telefone: (27) 99611-0934. E-mail: ver.acucena@camaracariacica.es.gov.br



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100330031003500300030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil.

Marielle Franco é um exemplo de lutadora política, referência não só para as mulheres mas para quem defende uma sociedade mais justa, plural, diversa e democrática.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos colegas vereadores para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Plenário Vicente Santório Fantini, 13 de março de 2026.

ILONA AÇUCENA CHAVES GONÇALVES

Vereadora – Partido dos Trabalhadores

Av. Expedito Garcia, nº 412, gabinete nº 203, Campo Grande, Cariacica.
Telefone: (27) 99611-0934. E-mail: ver.acucena@camaracariacica.es.gov.br



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100330031003500300030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.